

MARCO OLIVEIRA: UM RETRATO DA ESCOLA E DO MOVIMENTO LGBTQIA+ EM GOIÂNIA

MARCO OLIVEIRA: A PORTRAIT OF THE SCHOOL AND THE LGBTQIA+ MOVEMENT IN GOIÂNIA

Luciano Feliciano de LIMA

<luciano.lima@ueg.br>

Doutor em Educação Matemática pela

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Rio Claro, São Paulo, Brasil

Professor da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Morrinhos, Goiás, Brasil

<https://lattes.cnpq.br/9457187161206773>

<http://orcid.org/0000-0001-9055-0791>

Denner Dias BARROS

<denner.barros@unirio.br>

Doutor em Educação Matemática pela

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Rio Claro, São Paulo, Brasil

Professor Adjunto do Departamento de Matemática da

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, Brasil

Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Matemática (PEMAT) da Universidade Federal do

Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/7180580652216737>

<https://orcid.org/0000-0002-8108-022X>

No dia 12 de agosto de 2021, entrevistei Marco Aurélio de Oliveira, um dos precursores do movimento LGBTQIA+ de Goiânia. A entrevista foi realizada na casa dele, em Trindade/GO, um espaço repleto de plantas, com jabutis e gatos e muitos símbolos da cultura e religião de matriz africana.

Luciano (L): Marco, esse dossiê que estamos organizando é sobre a vivência de pessoas LGBTQIA+ na escola. Você poderia falar um pouco sobre você, vamos começar com o seu nome completo?

Marco (M): Marco Aurélio de Oliveira, sou filho de um casal nordestino, ambos do Rio Grande do Norte. A minha mãe é indígena de origem potiguar e meu pai é de origem negra. Nós somos 14 filhos, três morreram quando crianças e ficaram 11. Depois de adultos, morreram outros, restando sete filhos. Os meus pais se conheceram em Mossoró/RN, se casaram e mudaram para Goiás tendo aqui todos os filhos. Vieram de pau de arara. Foram 16 dias de caminhão de lá até aqui, à época era assim. Os meus pais já são falecidos. Eu nasci no dia 11 de outubro de 1966, na maternidade Modelo, no Setor Sul em Goiânia. Dos 14 filhos, eu sou o único que nasceu na maternidade, os outros a minha



mãe teve em casa. Moramos no Setor Universitário (em Goiânia) e os meus pais antes de serem concursados da Universidade Federal de Goiás trabalharam de “faz tudo” na vida. Eles eram carroceiros, cada um tinha a sua carroça e prestavam serviços com elas. A minha mãe comprou um lote e depois construiu uma casa na Serra Branca, próximo ao Serra Dourada. No setor universitário, onde morávamos era uma invasão, lá moramos muitos anos, depois fomos para nossa casa própria e de alvenaria. A casa em que morávamos no Universitário era de adobe e madeira.

Luciano (L): Marco, como foi que você vivenciou o seu processo? Houve um processo de descoberta de sexualidade?

Marco (M): A minha lembrança de infância é a de que eu era diferente dos outros meninos. Eu não tenho lembranças de momentos ruins em casa por causa disso. Algo que me marca muito, por conta da minha orientação sexual, como éramos 11 filhos e haviam ainda agregados, eram muitos homens e muitas mulheres e eu sempre ouvia a minha mãe falar, e ela dizia isso aos gritos enquanto estava conversando sobre essas questões (acerca de sexualidades). Ela falava que preferia um filho homossexual a um filho tarado, ladrão, assassino, um marginal, um enganador, um filho que agredisse as mulheres. Então, eu acredito que isso me deu condição para enfrentar todos os desafios que uma criança, ou um adolescente, enfrenta ao vivenciar essas questões da sexualidade, da orientação sexual. Quanto à escola, o que eu lembro, é de quando era um adolescente e de quando era criança. Quando criança, o pior momento da escola foi o primeiro dia, porque eu não queria ficar longe de casa. Recordo que chorei a aula inteira, desesperadamente. Mas, no segundo dia, era tudo diferente, havia feito amizade e a professora tinha me conquistado. O ambiente era mais acolhedor, então não houve mais problemas. Depois, recordo da escola somente como adolescente. Eu lembro que entrava na sala e me sentava na frente. As carteiras eram de madeira com bancos de madeira com um ou dois lugares. Eu me sentava em uma carteira com dois lugares e não recordo de quem se sentava ao meu lado. Recordo que alguns alunos ficavam o tempo todo da aula zombando de mim, fazendo ‘gracinhas’, piadinhas. Embora eu adorasse ir para a escola, na hora de entrar para a sala de aula era um desespero, porque eu sabia que iria viver aquela situação de constrangimento. Eu nem sabia à época o que era aquele constrangimento, mas era um



momento de conflito, de dor, de tudo isso... Então, do jeito que eu entrava eu sentava e só me levantava para ir ao recreio e depois para ir embora. Não conseguia me levantar para ir beber água, para fazer alguma pergunta à professora ou mostrar meu caderno, porque qualquer coisa que eu fizesse era como se eu estivesse “atiçando” os meninos. Eu pensava “esses meninos irão fazer piada¹”. Então, era um momento de muita dor. Houve uma professora que marcou muito a minha vida. Era uma professora da sétima ou oitava série que tinha um discurso muito “para a frente”, de apoiar todas essas questões que hoje eu consigo identificar em defesa das pessoas com “outras” orientações sexuais. Quando acontecia alguma coisa que ela achasse que não era apropriado, ela se posicionava e chamava a atenção da sala. Explicava que não havia nenhuma diferença, que não era coisa errada ou suja tanto na questão dos negros, das mulheres e da orientação sexual. Depois de adulto, eu a encontrei diversas vezes, ela foi uma professora que me marcou nesse sentido, porque era um adulto que defendia uma criança quando era agredida de alguma forma. Isso me marcou para a vida inteira.

Luciano (L): Você se recorda qual a disciplina que ela ministrava?

Marcos (M): Ela dava aula de Português. Não me recordo o nome dela, mas era conhecida como Canuta. Ela era considerada a professora mais brava da escola, a mais rígida, mas, nessas questões, ela era a defensora de todas as causas. Ela nos ensinava diversas coisas para a vida, por exemplo, como lavar o uniforme. Era uma aula em que eu me sentia seguro. Entrava olhando para cima. Eu me sentia seguro, porque qualquer coisa que acontecesse ela iria se posicionar, era uma professora atenta à todas essas coisas². Ela estava preocupada com a gente para além do conteúdo que ela tinha que ensinar.

L: Como foi o seu processo de aceitação da sua sexualidade?

¹ Estratégias para se defender, como a invisibilização, ocorrem para minimizar a violência sofrida por estudantes LGBTQIA+, por exemplo, ver Lima (2021).

² A relevância de um professor que se posicione diante de injustiças como defende Perrenoud (2000).



M: Na adolescência, eu participava muito da igreja católica, fui para o catecismo, depois para a crisma, depois para o grupo de jovens e aí fui participando e, então, começou a militância. A minha militância nasce na igreja católica, com a teologia da libertação. Na igreja católica, quando eu atuava na pastoral da Juventude houve um ano de eleição da nova pastoral em que eu era o representante da região leste de Goiânia. Neste ano, eu não pude participar, porque o padre que cuidava da juventude da diocese à época foi curto e grosso e me disse “aqui não é lugar para gay”. Eu nem sabia o que era o termo “gay”, conscientemente foi a primeira vez que eu ouvi falar a palavra “gay”. Aquele padre me disse: “Aqui não é lugar para gay. Você vai, resolve o seu problema e depois você volta”³. Eu não sabia o que era gay, não me via como tendo um problema. Eu não tive envolvimento (relacionamentos) durante esse período de militância na igreja com o grupo de jovens, na coordenação da pastoral. Eu nunca tive interesse em ninguém. Daí, era mais difícil ainda entender do que ele estava falando. Que problema era esse? Algum tempo depois é que eu fui entender qual era o problema que o padre falava, mas para mim não era um problema. Em casa, eu não tive esse conflito⁴. Recordo de um irmão, mais velho do que eu, era o sexto filho de minha mãe e eu era o nono, éramos nove homens e seis mulheres. Esse irmão nunca havia me discriminado diretamente, mas lembro de minha mãe conversando com ele sobre essa questão. Ela sempre dizia que mais importante do que a orientação sexual das pessoas era o caráter delas, o cuidado, o profissionalismo.

L: Retomando o tema da escola, você disse que ficava muito preso à sua carteira mesmo assim gostava de ir para a escola. Então qual era o problema?

M: Havia dois ou três colegas faziam bullying comigo, à época não se chamava assim. Eram agressões verbais, nunca houve agressões físicas, acredito que por conta da professora Canuta, porque ela era muito dura com essas coisas (agressões físicas). Por isso, ficava só nessas piadinhas e no recreio,

³ Como afirma João Silvério Trevisan (2018, p. 27), DEVISSOS NO PARAÍSO: A Homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade, “[...] no Brasil a brasa sempre foi puxada para a sardinha daqueles que constroem padrões de sexualidade a partir dos gêneros masculino e feminino vendidos como “naturais”, ainda que sejam fenômenos culturais flexíveis.”

⁴ Que privilégio o do Marco, parece contraditório dizer isso, mas há muitas pessoas LGBTQIA+ que são expulsas de casa por serem quem são, por exemplo, a tese de Denner Dias Barros (2021), Leitura e escrita de mundo com a matemática e a comunidade LGBT+: as lutas e a representatividade de um movimento social, reflete acerca dessa problemática.



como o espaço é maior, tem que ficar todo mundo junto e aí os grupos se juntam e no grupo você está seguro. Eu ficava sempre com as meninas, alguns meninos que tinham uma relação boa com as meninas e acabavam tendo uma relação boa comigo também sem problemas. Embora me achassem diferente, as tribos se juntavam, os iguais se juntavam. Então eu tinha a segurança fora da escola e na escola fora da sala de aula, porém na sala de aula era a dor⁵.

L: Com a professora Canuta você se sentia bem e mais seguro na sala de aula e nas outras aulas?

M: Eu não conseguia interagir nas outras aulas. Era muito difícil eu me levantar para ir ao professor. Se com a professora Canuta eu ia à carteira dela umas dez vezes, nas aulas dos outros professores eu ia, no máximo, duas. Era um tormento porque qualquer coisa que eu fizesse eu achava que estava dando margem aos meninos para implicarem comigo. É aquela questão de a vítima se considerar culpada. Achava que os instigava, daí eu pensava que se eu ficasse quietinho e imóvel, eles não iriam me ver.

L: O fato de você interagir menos, ficar imóvel, você acha que, em alguma medida, isso atrapalhou você na sala de aula?

M: Eu acredito que sim, porque aí eu não tinha desenvolvimento para as coisas, elas não fluíam. É a mesma questão da violência, como, por exemplo, acontece com muitas mulheres, da violência psicológica e moral que convivem, o super cuidado, o superdomínio e a superproteção é violência e está violentando ela. É uma vida que ela perdeu e que está perdendo até ela descobrir. Então, é a mesma coisa de você compreender o que está perdendo com determinada coisa, o que está te tirando essa possibilidade [no caso] o bullying e a reação [do coagido] de se fechar. Se hoje a discussão é bem maior, imagina naquela época?! Os livros eram todos com figuras de pessoas brancas, cachorrinho, gatinho e a família tradicional: o papai, a mamãe, os filhinhos, a vovó e o vovô. Sempre com a mulher menor do que o homem no desenho, a mulher sempre em casa e o homem

⁵ O artigo de Nilson Fernando Dinis (2011), Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência, reflete sobre possíveis violências contra estudantes LGBTQIA+ derivadas da omissão da temática da diversidade sexual e de gênero no currículo como cumplicidade e homofobia de professores e professoras.



sempre no trabalho. Nessa época, não havia discussão a respeito dessas desigualdades. Eram raras as pessoas como a professora Canuta que tinham uma visão de mundo à frente.

L: Você não se sentia representado?

M: Não no material didático da escola, em qualquer material didático, no quadro, nos painéis, nas coisas que havia na escola não tinha representatividade LGBT, representatividade negra. Faltavam essas referências. Hoje tem mais, por exemplo, eu trabalhei uma época na Agência Municipal do Meio Ambiente (AMMA) e oferecíamos oficina de educação ambiental nas escolas, nas ONGs nas comunidades e nas igrejas também. Quando fomos ao CAIC⁶ Airton Senna do Jardim Curitiba, eu encontrei vários adolescentes gays que eu encontrava no baixo gay da cidade.

L: O que é o baixo gay da cidade?

M: De Goiânia é o Bosque [dos Buritis], as boates e os locais em que os gays pobres se encontram. Daí, quando foi a hora do recreio no Caic Airton Senna, parecia que era uma parada gay com muitos estudantes assumidamente gays e lésbicas. O que não tem é o T [travestis e trans], parece que o T pula do segundo grau [Ensino Médio] para a universidade⁷. Entendeu? Os que resistem conseguem ir até o terceiro ano do segundo grau, sem se mostrar como tal, ele até gostaria de ser, até é um pouco “pintoso”, mas só na universidade é que consegue se mostrar como T. Se você for nas dez maiores escolas de segundo grau de Goiânia, se encontrar cinco travestis lá você achará muitos. Não tem, você encontrará um menino pintoso ou menina bem masculinizada. O L e o G do

⁶ Os Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAICs) foram um programa educacional brasileiro criado pelo governo Fernando Collor de Melo (1990-1992).

⁷ Uma explicação para o que afirma o Marco pode ser o medo da violência contra pessoas T. De acordo com notícia disponível no canal Aventuras na História do UOL, em notícia publicada dia 10/02/22, o Brasil é o país que mais mata pessoas trans pelo 13º ano consecutivo. Os dados estão disponíveis no Dossiê Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras, realizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra). <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/historia-hoje/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-pelo-13-ano-consecutivo.phtml>>



monograma LGBTQIAP+⁸ estão ali porque conseguem “passar” despercebidos, ou melhor, eles conseguem romper o sistema. Mas, o T não consegue estar ali, porque para estar ali ele precisa se deformar ele precisa se “adequar” ao padrão, um homem ou uma mulher trans precisa se “transformar” para estar ali. É a mesma coisa das casas de repouso, de tratamento de pessoas com dependência química ou com problemas mentais, os Ts que vão para lá para permanecerem naquele lugar precisam se transformar, negar o T.⁹ A mulher trans precisa cortar o cabelo, usar “roupa de homem”, não usar maquiagem. O homem trans, o contrário. As prisões avançaram nesse sentido, mas a escola não avançou. Existem prisões no Brasil que têm uma área para as pessoas trans, elas não ficam junto com os demais apenas tomam sol juntos. E a escola não avançou. Qual escola que você conhece em que pessoas trans têm livre acesso, que estão na pauta ou na ordem do dia da escola?

L: O que seria “romper o sistema”?

M: Romper o sistema é fazer como esses meninos, por exemplo, na escola militar aquele “mundaréu” de adolescentes LGBTs. Então eles romperam o sistema da educação tradicional e, ainda mais, porque estão dentro de uma escola militar. Eles se comportam como é estabelecido, com uniforme, o sapato, o cabelo, com tudo. Fora daquele domínio policial, eles se transformam, por exemplo, nos momentos de intervalo. Durante o intervalo não haverá nenhum inspetor vigiando sobre o que pode e o que não pode, mas na sala de aula tem que ter uma postura [militar] e no corredor também. Em um trabalho de campo, ele tem uma postura, após a preocupação em mantê-la se esvai já que o monitor vai embora. Então, ele rompe com o sistema desse jeito. Não só na escola militar como em qualquer outra, como no Liceu de Goiânia e em outras escolas como o Dom Abel no Setor Pedro Ludovico, e outras escolas da periferia de Aparecida de Goiânia, você

⁸ O artigo *POR TRÁS DO MONOGRAMA DO MOVIMENTO LGBTQIAPN+: vidas, representatividade e esclarecimentos* de Geraldo Moreira, integrante do presente dossiê, explica o significado de orientações sexuais constantes no monograma.

⁹ As pessoas T sofrem uma perseguição maior, como diz o Marco, porque estão muito expostas socialmente, não conseguem disfarçar a sua condição de inadequação. Contudo, há muitos filmes e documentários que expõem os “tratamentos” para “curar” pessoas da homossexualidade. Não raro, com fins trágicos de pessoas que não suportaram serem consideradas inferiores e renunciaram à própria vida.



encontrará um monte de gays e lésbicas que estão rompendo o sistema. Mesmo sendo violentados, desrespeitados, sofrendo bullying e mesmo com a maioria dos trabalhadores não os tratando como deveria, com respeito, com valorização e com a promoção da diversidade sexual, eles estão ali e se destacam. Se os alunos [LGBTQIA+] se veem no quadro de professores, se há professores gays e professoras lésbicas assumidas ou um diretor gay ou uma diretora lésbica assumida, então ele [estudante LGBTQIA+] terá referência. Pensará: se ela pode, eu posso. Não tem essa discussão na escola. Quando ocorre essa discussão na escola é porque ou um ou outro aluno conseguiu romper esse sistema ou porque um professor está à frente em relação ao tempo dos outros professores naquela escola. A escola deveria ser isso [um espaço de aceitação e de reflexão], mas ela não é. Por exemplo, na comunidade aqui do bairro, em uma escola municipal, os “meninos problema” não estão na escola, permanecem somente aqueles que não são considerados como um problema. Por problema, compreenda o que não se encaixa, o problema: da cor, da violência, da droga, em todos os sentidos. Alunos com esses “problemas” não estão na escola porque o formato desse estabelecimento não permite a permanência deles. Se você for na escola para ver os cartazes que compõem o mural eles não representam a comunidade.

L: Como são esses cartazes?

M: São cartazes tradicionais com uma linguagem sexista, branca e na sua grande maioria machista. Há, apenas, um ou outro professor que começa a questionar essa problemática. Por isso, o Estado precisa assumir o seu papel, por exemplo, em Goiás já houve três conferências estaduais de direitos das pessoas LGBT. Conferência é uma ação do Estado, somente ele pode convocar uma conferência, invitando suas representações do judiciário, do legislativo, do executivo e a sociedade civil com suas organizações, sindicatos, universidades para discutir uma pauta e pactuar propostas para o bem-estar e avanços para uma comunidade. Na primeira conferência, aprovamos mais de 190 questões de todas as áreas educação, trabalho, assistência, justiça, cultura, lazer, moradia dentre outras. Após a primeira conferência, o Estado implementou, somente, o cargo do gerente da diversidade sexual. Só isso! Já existia o conselho estadual LGBT. As outras demandas não foram encaminhadas pelo Estado. Antes dessas conferências onde nós estávamos no Estado? Somente na saúde. Não



havia nada no judiciário, nenhuma política pública para a comunidade LGBT especificamente, no legislativo é pior ainda. No executivo estávamos somente na área da Saúde, uma luta de muitos anos, mais de trinta, por causa da AIDS. Só entramos para a Política Pública do estado nessa questão, porque os primeiros infectados eram intelectuais, ricos e brancos. Foi o que nos salvou. Depois dessas conferências, por exemplo, em Goiás nós continuamos na mesma situação. No segundo governo do presidente Lula foi criada a conferência LGBT, a primeira conferência do mundo, em que o Estado pauta a questão LGBT oficialmente foi no Brasil. Realizando a conferência nacional teria um efeito dominó em que as diretrizes nacionais se aplicam às estaduais e às municipais. Mas se o municipal não quiser fazer, não faz, do mesmo modo o estadual também. Só fazem se houver uma grande pressão do movimento social. Contudo, após realizada a conferência o governo de Goiás acaba com o conselho LGBT. Ocorre que avançamos para além da problemática da AIDS para o processo transexualizador porque se criou, em Goiás, duas unidades do laboratório transexualizador. O que existia, e era o pioneiro no Brasil, era o do HC [Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás], da professora Mariluzza Terra¹⁰, ela faleceu há uns 2 anos atrás¹¹, era uma referência nacional. Era uma ação da universidade aqui financiada pelo governo federal, daí o estado de Goiás cria no HGG [Hospital Estadual Geral de Goiânia Dr. Alberto Rassi] e em Itumbiara também o processo transexualizador. Isso é, de política pública real, mas se você pegar o relatório das conferências você verá o que foi pactuado entre o Estado e a sociedade civil houve muita discussão foram três dias de conferência. Na verdade, retroagiu.

L: Em relação à Educação você lembra de algo que foi pactuado nessas conferências?

¹⁰ Fundado no ano de 1999, pela professora Mariluzza Terra Silveira, o processo transexualizador, Projeto Transexualidade (Projeto TX) do HC-UFG, já realizou cerca de 70 cirurgias. Desde sua criação foram feitas novas regulamentações pelo Conselho Federal de Medicina, reestruturando o atendimento dos Projetos TX do Brasil, conforme a experiência do desenvolvimento dos trabalhos. Ao longo deste processo, o projeto da UFG, um dos quatro do país, se tornou referência nacional e internacional na área. O projeto tem duas dimensões: ambulatorial, na qual o paciente recebe atendimentos básicos de saúde e acompanhamento, e o atendimento hospitalar pré, durante e pós-operatório, quando são realizadas diversas cirurgias de correções plásticas para adequação do fenótipo de nascimento físico ao gênero de identificação da pessoa transexual. Disponível em <https://www.ufg.br/n/87694-hospital-das-clinicas-reabre-processo-transexualizador> acesso em 17/10/2022.

¹¹ A professora Mariluzza Terra Silveira faleceu em 11/10/2019.



M: Algo que é muito caro para nós, e é bandeira em todas as conferências, para todas as linguagens, é a capacitação dos servidores. Qualquer reunião de base que você fizer as pessoas irão dizer: “Falta capacitação para isto”, “Falta capacitação para aquilo”. Então falta capacitação na área da Cultura, do Meio Ambiente, da Educação, da Saúde enfim... em todas as áreas. Houve um avanço, criou-se um grupo de professores que só trabalhava com a capacitação dos profissionais da educação para a diversidade sexual. Havia professores de várias áreas LGBT e não [LGBT] que trabalhavam com essa questão para a formação de professores. A questão do município [Goiânia] é muito pior, porque o secretário de educação diz que não existe racismo e nem preconceito na Educação. Isso mostra que ele nunca foi para uma sala de aula e tampouco ouviu os professores. Com a mudança de governo a nova secretária de educação estadual acabou com este grupo de trabalho. Então, na Educação não tem mais a questão da capacitação para a diversidade sexual na escola. Mais especificamente sobre sua pergunta, o que me lembro que ficou pactuado nas conferências para a educação foram: o respeito, a promoção e a valorização da diversidade sexual. Nisso se encaixa a capacitação dos trabalhadores da educação, as vivências e o trabalho com a diversidade sexual dentro da sala de aula, nas comemorações da escola se fazia referências às datas alusivas ao movimento LGBT: ao dia da visibilidade lésbica, ao dia da visibilidade trans, ao dia da visibilidade bi, ao dia do orgulho LGBT. Trabalhar os símbolos do movimento dentro da escola.

L: Marco, por que você acha que há uma resistência tão grande na educação em relação as pessoas LGBT e, como você disse, em prisões parece que há mais aceitação?

M: Há 2 olhares para esta questão. O primeiro é o do poder de barganha para a discussão, ou seja, da organicidade daquele espaço para poder contrapor ao que é estabelecido naquele espaço. Eu acho que avançou nos presídios porque o movimento de luta em defesa das pessoas que vivem essa realidade nas prisões avançou nessa pauta. A pressão da sociedade civil consequentemente ganha o apoio de pessoas dentro do sistema para se encaminhar essa bandeira, essa demanda, por exemplo, da pessoa trans e o movimento trans cresceu bastante. Lembro que na década de 1990 foi a minha primeira vez em um Congresso Nacional. Ocorreu no Rio de Janeiro e foi o Congresso Nacional da Associação Brasileira de Gays e Lésbicas. Havia somente duas mulheres trans, digamos



assim, se no grupo havia 50 pessoas 10 eram travestis, duas mulheres trans e os demais eram gays e lésbicas. Sendo que a maioria esmagadora era composta por gays. O movimento LGBT é reflexo da sociedade machista, em que nós vivemos, não é diferente disso. Naquele momento, qual era a visão que tínhamos das travestis? Era a da marginalidade, as víamos como “barraqueiras”. Tanto é que na década de 1990, nas boates de Goiânia era proibida a entrada de travestis. Era a visão que a mídia passava de travestis, você não via uma travesti sendo representada positivamente na imprensa, apenas de maneira negativa.

L: Marco, me corrija se eu estiver errado, você estava na escola achando que você é o culpado pela agressão que sofria, e aí chega um momento em que o Marco vira um ativista, uma pessoa que vai à frente falar para defender seus pares. Quando acontece isso?

M: Isso não aconteceu na escola. Lá eu não tinha esse posicionamento. Eu participava de algumas coisas, somente quando o meu próprio grupo me chamava para participar. Eu ia, mas não estava à frente por causa da igreja. A minha militância estava na igreja, nas construções e discussões dos grupos de jovens, discussões das comunidades eclesiais de base, de trabalho na comunidade, de discutir a rua, o bairro, a cidade, o estado, o Brasil, a América Latina, enfim discutir o mundo. A minha militância nasce aí, dentro da igreja.

L: Marco, é o mesmo movimento que te rejeita como você disse anteriormente que te dá a base para se tornar um ativista LGBT?

M: Isso mesmo, mas eu só conheço o movimento LGBT em 1993, no Rio Grande do Norte, até esse momento eu não conhecia o movimento LGBT organizado. O que eu conhecia, quando frequentava o Bosque dos Buritis e o Bosque Botafogo, quando começamos a conversar entre nós sobre a necessidade de organizar um grupo LGBT em Goiânia. Foi entre 1991 e 1992, no Bosque dos Buritis, que nos reunimos e iniciamos esse tipo de discussão. Eu sou uma dessas pessoas.

L: Vocês estavam lá para conversar ou na paquera?



M: Era um local de pegação, um espaço do “baixo gay”, o Bosque dos Buritis ou o Bosque do Botafogo. A gente ia para fazer pegação, mas aí você faz amizade e, às vezes, você vai para encontrar o outro só para conversar, nem está a fim de sexo. E aí começa a conversar sobre várias outras coisas, um arruma serviço para o outro, um arruma escola, pessoas vão morar juntas e começam a discutir a importância de organizar um grupo LGBT. Por que começa essa discussão? Porque, anteriormente a isso, o Grupo Pela Vida, que é a primeira organização de combate à AIDS de Goiás, a sua composição era de maioria gay, mas não pautava a temática gay. Algumas pessoas tentaram colocar dentro do grupo um subgrupo gay, mas o Grupo Pela Vida não aceitou. E o que aconteceu? Essa discussão foi para o Bosque porque as “bixas” eram as mesmas, a cidade não é tão grande como parece. Começamos essa discussão e entraram vários atores nessa história, alguns não foram para essa organização, eu e outros fomos. Nesse ínterim, eu fui para o Rio Grande do Norte, fiquei por lá durante três anos. Voltei e, fundamos a primeira organização LGBT de Goiás que é a Associação Ipê Rosa em setembro de 1995. No dia da fundação eu não estava, estava somente na organização, quando eu retorno para Goiânia me integro à Associação.

L: E o Ipê Rosa tem alguma contribuição com as questões de aceitação de pessoas LGBT na escola?

M: Bastante! O Ipê mexeu com mentes e corações tanto das instituições quanto das pessoas, porque se você buscar nos jornais, notícias anteriores a setembro de 1995, por exemplo, até agosto de 1995, você irá questionar “onde estavam os homossexuais nos jornais?”. Nós só estávamos nas páginas policiais e a maioria era travesti. E a maioria era retratada como agressora, mesmo que ela não fosse. Depois que articulamos o Ipê, a trancos e barrancos, a pauta LGBT ocupa todos os espaços? Não, mas a pauta muda, porque a gente começa a pautar a questão LGBT – na época não era LGBT era homossexual – a questão homossexual muda sai da página policial e vai para a página da política, da cultura. E, depois, o Diário da Manhã, que na época era um dos maiores jornais da cidade, cria um “caderno homossexual” com política, esporte, lazer, economia, cultura, com os direitos humanos. Nós fizemos oficinas, bate-papos, roda de conversas, debates e, para você ter uma ideia, fomos aos cursos de Agronomia e de Veterinária da Federal (UFG¹²). Alguns anos atrás,

¹² Universidade Federal de Goiás.



houve um evento no museu da Praça Universitária (Museu Antropológico da UFG) com uma exposição sobre o movimento LGBT e mostraram três fotos da primeira Parada do Orgulho LGBT de Goiânia. Ampliaram as imagens e colocaram na exposição. Na abertura, o coordenador da exposição agradeceu minha contribuição, na formação dele, em relação à questão LGBT e diversidade da diversidade. Também houve atividades dentro das calouradas¹³, dos cursos da Federal (UFG) e da PUC (PUC-GO) também, várias. Éramos convidados ou por um professor que nos indicava, ou por algum aluno que nos conhecia do “baixo gay”. Havia professores, mais à frente do seu tempo, que nos convidavam para os seminários em qualquer assunto que houvesse uma intersecção com a questão da identidade sexual eles indicavam os nossos grupos. Então a gente fazia muito isso, muito mesmo. E o movimento efervesceu. Outra coisa que foi importante, é que a forma de expor as coisas, mesmo sem uma especialização, ou uma qualificação, vem da militância de base na Teologia da Libertação. Da necessidade de discutir as coisas que estavam acontecendo ali, naquele espaço, então nós discutíamos a rua, o bairro, a cidade. Não se fazia uma discussão sem se pensar a problemática em uma conjuntura latino-americana e Internacional também. Nós sempre fazíamos esse tipo de reflexão. Hoje parece que as pessoas querem resolver o problema da rua, como se o problema fosse somente aqui, na rua, não existisse mais em lugar nenhum. Sequer há um interesse em se buscar uma experiência exitosa, da mesma questão, em outro lugar para ver se contribuiria com a reflexão. Organizamos a sexta Parada do Orgulho LGBT em 2002. Eu estava coordenando o Ipê Rosa, à época, e articulamos a realização de uma semana da diversidade, de quarta-feira até sábado. Então fizemos a agenda da diversidade. A nossa prática, diferente daqueles que queriam discutir a diversidade sexual entre quatro paredes, nós queríamos discuti-la na rua, com um megafone. Não queríamos discutir nada em uma sala fechada, queríamos discutir na calçada usando um megafone. Para isso organizamos algumas oficinas na rua do lazer colocávamos tendas ali colocávamos cadeiras uma mesa de apoio para quem fosse falar e colocávamos som e “lascávamos pau”. Fizemos oficinas com crianças trabalhando a questão da diversidade, oficinas com mulheres, com travestis, com lésbicas, com gays. Oficialmente, e institucionalmente, trouxemos a Câmara dos Vereadores para a Rua do Lazer para realizar uma audiência pública, na rua, para discutir a questão

¹³ Calouradas são festas organizadas por estudantes universitários, ou associações de estudantes, para celebrar o ingresso de ingressantes chamados de calouros.



da violência contra as pessoas LGBT, na época não era LGBT eram os homossexuais. Trouxemos uma travesti, a primeira travesti advogada do Brasil, que pisou no Congresso Nacional no salão nobre do Senado, Janaína Dutra, advogada, a primeira advogada travesti a obter a OAB, no Brasil, mais especificamente no Ceará. Ela foi convidada para dar uma aula de cidadania na Rua do Lazer. Era uma travesti sentada, com um quadro negro, com 50 cadeiras em redor, não havia tendas porque ainda era cedo e o Sol não estava tão quente. A travesti falava para quem estivesse ali sentado, mas também para os transeuntes e para os comerciantes que o ouviram também. Você imagina o que isso pode ter feito na cabeça de alguém. Em 2002 foi a primeira vez que o Ministério da Saúde patrocinou, financeiramente, a parada LGBT para dentro da parada trabalhar com a questão da prevenção às IST, HIV e AIDS. O valor era de 5000 mil reais, muito dinheiro para quem não tinha nada. Não é?! Por isso que ao invés de fazermos somente a Parada é que organizamos a Semana da Diversidade como várias coisas na agenda. Divulgamos a programação um mês antes, tanto da Semana da Diversidade quanto da Parada. No dia da abertura que iniciaria às 15:00, chegamos às 10 da manhã para organizarmos tudo. Os comerciantes estavam todos preocupados e foram conversar conosco, explicando que a igreja Internacional da Graça de Deus tinha uma programação no domingo e que, por isso, pediram aos membros que lavassem a calçada, da Rua do Lazer¹⁴, com sal grosso para nos espantar de lá. Eu disse não tem problema pode deixar, mas os comerciantes estavam preocupados pensaram que haveria uma reação maior. Então, às 3:00 da tarde, fomos a rua para ver se os nossos convidados, as autoridades, haviam chegado, o nosso público gay estava lá, o que era bem difícil por causa do horário e com o sol quente. Mas, o nosso público principal eram os transeuntes e os comerciantes e a coisa que reverberava. Às 15:32 peguei o microfone e declarei aberta a sexta Parada do Orgulho LGBT do estado de Goiás. “Sejam bem-vindos todos/as os/as presentes! Gostaria de aproveitar esse momento de abertura e agradecer à igreja.” Daí, todo mundo se vira para olhar para a igreja. “Agradecer a Igreja Internacional da Graça de Deus porque ontem eles lavaram a Rua do Lazer com sal grosso e oração. Todos os membros da igreja. Da Rua Três até a Anhanguera, eles lavaram e oraram para tirar toda a “urucubaca” toda a discriminação, todo preconceito, toda homofobia, a violência, o assassinato de gays e lésbicas para nos receber.”

¹⁴ A Rua do Lazer, em Goiânia, é uma rua fechada para a circulação de veículos automotivos assemelhando-se a um local de convivência para as pessoas.



E o povo achou que era isso mesmo e aplaudiu. Eu repeti isso várias vezes e as pessoas acreditavam que era isso mesmo. Só os comerciantes que sabiam que não era isso que eu estava dizendo, assim como o pastor. Tínhamos uma relação amigável, de vizinhos, com a igreja. Então, na quarta vez que eu fui repetir, o pastor tocou em meu ombro e disse: “Pelo amor de Deus, para de falar isso! Porque está feio pra nós.” Só assim eu parei de falar.

L: Você transforma uma agressão em outra coisa.

M: Sim, isso mesmo!

L: Marco, você gostaria de falar alguma coisa que eu não te perguntei?

M: O que você não perguntou e, eu acho importante, é que, desde a primeira Parada do Orgulho Gay, que ocorreu em 1996, na Praça Cívica, até hoje, já estamos na 25ª Parada, caso eu não esteja enganado, com dois anos de pandemia, não tivemos as últimas paradas. E eu já participei de diversas Paradas no interior de Goiás e, na hora da minha fala, embora eu fale de várias coisas, algo que nunca deixo de falar é da falta de políticas públicas do Estado, enquanto estrutura de poder, para a pauta LGBT. Nós não estamos oficialmente, como pauta, como Política Pública, com uma ação constante, por meio de uma rubrica, em um projeto, dentro de uma determinada pasta, com dinheiro e com ações para alcançar determinados objetivos. Isso é Política Pública! Não, é uma ação ou outra que o Estado faz em defesa da comunidade LGBT. Por exemplo, apoiar a Parada, eventualmente, não é política pública, é só um apoio eventual. Agora, se o Estado coloca, em algumas das pastas do Estado, uma rubrica que estabelece o apoio financeiro, ou estrutural, da Parada do Orgulho LGBT, com um valor discriminado é isso que considero como política pública. Nós, LGBT, dentro do Estado, não temos políticas públicas. Por exemplo, se você for à Secretaria de Habitação, que tem um projeto de construir casas para as pessoas que precisam de casa, você não encontrará, nos critérios para ter direito a casa, qualquer referência ao anagrama LGBT, nenhuma das letras está representada no projeto. Porque o que consta lá é, primeiro, famílias e família para o Estado é só homem e mulher, e quem recebe, prioritariamente, o benefício são as mulheres. Então, um idoso gay, ou trans, ou bissexual, ou lésbica que vive de aluguel, até hoje, não se insere



nas condições do projeto, ou seja, já está fora, não terá qualquer direito garantido. No esporte a mesma coisa, não existe nenhuma ação na Secretaria de Esporte e Lazer para grupos LGBT na área do esporte como forma de incentivo, nenhuma ação específica. Na cultura, se você olhar as rubricas que a Secretaria do Estado e do Município tem para a cultura não há rubricas para peças, músicas, literatura, artes plásticas que sejam exclusivamente para pessoas LGBT. Pode até haver sobre LGBT, mas de artistas LGBT não tem, de incentivo a esses artistas não tem. E é assim em todas as áreas do Estado. Nós, ainda hoje, em 2021, não constamos como rubrica de política pública real de fato para o Estado brasileiro. Na Saúde, e por causa da AIDS, apenas nessa área estamos lá, há uma rubrica para gastar determinada quantidade para a comunidade LGBT. Precisamos pensar sobre isso! Na Educação, quais as ações dos programas das secretarias de educação, do estado e do Município, direcionadas para a questão LGBT. Para o respeito, para a promoção e para a valorização da diversidade sexual. Não tem! Então, quantas pessoas na fase educacional, dos ensinos fundamental e médio, que poderiam estar na escola e não estão? A escola que está posta não favorece as diversidades, ela é uma “caixinha” e a pessoa tem que se enquadrar nessa “caixinha” se não ela não cabe.

L: Marco, te agradeço muitíssimo pelo carinho com que fui recebido em sua casa e pelos seus compartilhamentos.

REFERÊNCIAS

BARROS, D. D. **Leitura e escrita de mundo com a matemática e a comunidade LGBT+:** as lutas e a representatividade de um movimento social. 2021. 283p. Tese (doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2021. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/215761>>. Acesso em: 18 de abr. de 2022.

DINIS, N. F. **Homofobia e educação:** quando a omissão também é signo de violência, 2011.

LIMA, L. F. de. **(Des)Invisibilização:** reflexões sobre diversidade sexual na formação de professores de matemática. Zetetike, Campinas, SP, v. 29, n. 00, p. e021029, 2021. DOI:



LIMA, L. F.; BARROS, D. D.

Marco Oliveira: um retrato da escola e do movimento LGBTQIA+ em Goiânia
| Entrevista

10.20396/zet.v29i00.8660435. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/zetetike/article/view/8660435>.

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso**: A Homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade, 2018.



SOBRE A AUTORIA

Luciano Feliciano de LIMA

Pós-doutorado pela Faculdade de Educação da UNESP de Rio Claro/SP, doutorado e mestrado em Educação Matemática pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da UNESP de Rio Claro/ SP, especialização em Educação Matemática e licenciatura em Matemática pela Universidade Federal de Goiás (UFG). É professor da Universidade Estadual de Goiás (UEG) no Curso de Licenciatura em Matemática da UEG, Câmpus Morrinhos. Atuo na área de formação de professores de Matemática desenvolvendo ensino, pesquisa e extensão com interesses no ensino e na aprendizagem de alunos da educação básica e sobre o desenvolvimento profissional de professores que ensinam matemática.

Denner Dias BARROS

Professor Adjunto do Departamento de Matemática da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Matemática (PEMAT) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutor em Educação Matemática pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática (PPGEM) da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Unesp (IGCE/Unesp). Mestre em Educação Matemática, também pelo IGCE- Unesp. Possui Licenciatura em Matemática pela Unesp - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp (FCT/Unesp) e Pedagogia pela Faculdade Educacional da Lapa (FAEL). Especialista em Libras: Prática e Tradução/Intérprete pela Universidade do Oeste Paulista (Unoeste). Especialista em Educação a Distância pela Faculdade Educacional da Lapa (FAEL). Especialista em Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade Futura. Membro do Grupo de Pesquisa em Educação Matemática e Inclusão (Épura) do IGCE/Unesp, do Grupo Políticas e Práticas em Educação Inclusiva (PPEI) da Unoeste e do Grupo MatematiQueer: Estudos de Gênero e Sexualidades em Educação Matemática da UFRJ.



LIMA, L. F.; BARROS, D. D.

Marco Oliveira: um retrato da escola e do movimento LGBTQIA+ em Goiânia
| Entrevista

Submissão: 22 de outubro de 2022

Avaliações concluídas: 11 de novembro de 2022

Aprovação: 11 de novembro de 2022

COMO CITAR ESTE ARTIGO?

LIMA, Luciano Feliciano; BARROS, Denner Dias. Marco Oliveira: um retrato da escola e do movimento LGBTQIA+ em Goiânia [entrevista]. Revista *Temporis [Ação]* (Periódico acadêmico de História, Letras e Educação da Universidade Estadual de Goiás). Cidade de Goiás; Anápolis. V. 22, N. 02, p. 01-18, jul./dez., 2022. Disponível em:

<<http://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/archive>>

Acesso em: < inserir aqui a data em que você acessou o artigo >